

DÍVIDA EXTERNA **ESTADO DE SÃO PAULO** **Presidente do BC** **endurece diálogo** **com banqueiros**

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — Com o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) praticamente assegurado, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, descartou ontem a hipótese de o governo vir a aceitar esquemas provisórios de reescalonamento da dívida externa, propostos pelos bancos credores. A reivindicação dos bancos foi motivada pelo impasse que persiste entre as duas partes quanto ao montante de garantias que o Brasil deverá dar a alguns dos novos instrumentos da dívida que ofereceu aos credores. Esse é, hoje, o principal obstáculo ao entendimento com os bancos.

As declarações de Gros sugerem um endurecimento do tom do governo com os bancos. "O Fundo Monetário tomou a decisão de apoiar o Brasil no momento em que permanece uma série de dúvidas sobre o futuro", disse o presidente do BC. "Já os bancos continuam na posição anterior, de dizer: vamos fazer algum tipo de acordo interino, que não nos comprometa, até que todos os problemas brasileiros estejam resolvidos definitivamente."

Gros disse que a resposta brasileira é que esse tipo de arranjo não interessa. "Estamos pedindo que os bancos tomem uma decisão", disse. "Ou eles acham que o Brasil comporta um acordo, e então vamos fazê-lo, ou não. E aí vamos ver que outro tipo de solução existe. Mas não adianta a gente se enganar que estaremos fazendo um entendimento definitivo se esse acordo for condicionado a uma série de coisas." Se os bancos não estiverem interessados num acordo, Gros disse que um desdobramento possível é a continuação do "status quo", em que o Brasil paga apenas 30% dos juros. "Não adianta fazer um acordo condicionado, porque isso não resolve o problema das expectativas, não elimina as incertezas", reiterou o presidente do BC.

Adiamento — O secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, confirmou ontem, em Brasília, que o FMI adiou para 29 de janeiro a apreciação do programa econômico brasileiro. A reunião de aprovação da proposta brasileira estava marcada para o dia 22. O adiamento, segundo o secretário, foi necessário porque os técnicos do fundo só concluirão na próxima terça-feira o relatório que será apresentado ao "board" (diretoria executiva), peça fundamental para a decisão final. Além disso, o diretor gerente do FMI, Michael Camdessus, estará participando, no dia 22, de uma reunião de Chanceleres para discutir o apoio às ex-repúblicas soviéticas. A conclusão do relatório foi retardada devido à concessão do aumento de 147,06% aos aposentados.